

IDENTIDADE DE GÊNERO EM SUBVERSÃO: *NIKETCHE*, DE PAULINA CHIZIANE

Maiane Pires Tigre*
Sandra Maria Pereira do Sacramento*

Resumo: a mulher percorreu uma longa trajetória de luta histórica e social para sair da invisibilidade, exigindo políticas de inclusão representativas, de modo que cada uma das três ondas do feminismo respondeu, com os recursos de que dispunha, aos problemas enfrentados pelas mulheres nas diversas sociedades, em escala planetária. Na literatura moçambicana de Chiziane, de modo particular, em *Niketche*, sobrevive uma mulher subalternizada pelo caleidoscópio patriarcal de uma sociedade ancorada na lógica do macho, para a qual as mulheres não passam de esposas, mães, amantes e filhas. Esse trabalho arvora-se a investigar a construção da personagem Rami e suas estratégias para sair da subalternidade questionando o seu *status quo* ao esboçar um feminino negro identificado como de terceira onda. O estudo justifica-se por estar alinhado a uma crítica à sociedade patriarcal moçambicana e recupera, a partir de Rami, o itinerário das mulheres negras que lutam pelo reconhecimento, com a sanha de protagonizarem as transformações sociais em curso. Para o desenvolvimento analítico proposto, de cunho eminentemente bibliográfico, seguem-se proposições dos estudos de gênero com ênfase sobre a identidade de gênero do feminino negro. Tal empreendimento acaba por revelar a personagem Rami, em transgressão às normas comportamentais esperadas pelo grupo comunitário de origem, levando-a a sair da invisibilidade ao assumir, como sujeito de mudança, o lugar da fala pela *emancipação*.

Palavras-chave: invisibilidade; ondas; feministas; patriarcal; sujeito; subversão.

GENDER IDENTITY IN SUBVERSION: *NIKETCHE*, OF PAULINA CHIZIANE

Abstract: the woman traveled a long path of historical and social struggle out of invisibility, demanding representative inclusion policies, so that, each of the three waves of feminism responded, with the resources that were available to them, the problems faced by women in different societies, on a planetary scale. In Mozambique Chiziane literature, in particular, in a *Niketche* subalternized woman survives by patriarchal kaleidoscope of a society anchored in male logic, to which women are nothing more than wives, mothers, daughters and lovers. Flying research to investigate the construction of the character Rami and its strategies to exit the subalternity questioning its status quo to sketch a black female identified as third wave. The study is justified to be aligned to a critique of patriarchal society of Mozambique and retrieves, from Rami, the itinerary of the black women who struggle for recognition, with desire staring the on going social transformations. Analytical development of bibliographic

* Mestranda em Letras: Linguagens e Representações na UESC. Pós-graduada em Educação de Jovens e Adultos - UNEB/CAMPUS X. Pós-graduada em Metodologia e ensino de Língua Portuguesa e Literatura - UNIASSELVI. Graduada em Letras – UNEB/CAMPUS X.

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Professora titular (plena) em Teoria Literária, na Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus, Bahia. Desenvolveu pesquisa de pós-doutorado na Universidade de Poitiers, na França com a Profa. Dra. Ria Lemaire, 2012-2013

proposed eminently, the following propositions of gender studies with emphasis on the gender identity of the black female. Such a venture will eventually reveal the character Rami, in transgression behavioral standards expected by the community group of origin; taking her out of invisibility, to assume within the work and outside the law of the place of talks for the emancipation of his speech and so to speak, as subject to change.

Keywords: invisibility; waves; feminists; patriarchal; subject; subversion.

Mulher é terra, sem semear, sem regar, nada produz.

(Provérbio zambeziano)

Interrogando a disciplinaridade do sexo/gênero em Butler

Ao longo da história, o patriarcado deu as cartas, isto é, as mulheres organizavam-se sob o poder do *pater famílias*¹. No período colonial, somente os valores masculinos importavam, dessa forma, o domínio e a vontade dos patriarcas eram indiscutíveis. Com isso, as mulheres tiveram que percorrer um longo caminho para virarem o jogo ao seu favor. Tais conquistas, na cultura dita ocidental, se deram através das três ondas do feminismo. O feminismo, enquanto movimento histórico, político e filosófico-epistemológico, deixa clara a intenção de dar visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos. Todavia, o pós-feminismo possibilitou a ressemantização do arquétipo de mulher, que precisava estar impreterivelmente associada ao *Outro* masculino, erro cometido pelas duas primeiras ondas, mas superado no pós-feminismo.

Na tentativa de desinformar a lógica dicotômica da tradição, assentada no dualismo sexual, partindo da genealogia dos estudos feministas, com a irrupção do pós-feminismo, foi possível à Judith Butler (2008) propor a quebra dos essencialismos discursivos de natureza dogmática, provocando a corrosão da metafísica da substância e a crença na existência *a priori* de um proto-sujeito, em favor do deslocamento do gênero. A teórica tem se debruçado sobre os estudos feministas vinculados nos conceitos da ‘desconstrução’, ‘diferença’ e ‘identidade’. Partindo de um esquema crítico, Butler questiona a reiterada assunção de binarismos mantidos pelo feminismo de primeira e segunda onda. Para ela, a categoria mulher não pode mais ser entendida em termos estáveis e harmônicos, por considerar que o movimento se encontra fragmentado em

¹ Expressão latina que significa “pai de família”.

razão de suas incontáveis demandas representativas. A ruptura da díade sexo/gênero proposta por Judith Butler (2008) tem a sua gênese na concepção de que inexistem binarismos oposicionais, os quais foram criados ficcionalmente para restringir o sistema de pensamento. O pós-feminismo em Butler advoga a emancipação da mulher, com vistas ao empoderamento feminino, assumindo as representações e paradigmas pré-concebidos para conduzi-la ao processo de negociação e resistência.

Se Beauvoir (2009), alicerçada na fenomenologia existencialista e no determinismo biológico, afirma que o ser mulher é resultado de uma construção social e que, portanto, é correto falar em tornar-se mulher, Butler (2008) acredita que não é mais o sexo que regula o gênero. Por isso, não limita sua atuação, visto que sexo não é destino. Na esteira desse pensamento, defende: “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado” (BUTLER, 2008, p. 25).

No prefácio da obra *Problemas de Gênero* (2008), a autora assinala que a questão do gênero também não escapa da repressão, em virtude da latente indeterminação em termos de acabamento ou fechamento da concepção e classificação de gênero. À guisa de exemplificação, cita Beauvoir, ressaltando que, apesar de rejeitar a naturalização do sexo, a autora acaba incorporando o binarismo da metafísica ocidental. A este respeito, assinala Rodrigues (2005, p. 181) na resenha *Butler e a desconstrução do gênero*:

Butler estaria tentando deslocar o feminismo do campo do humanismo, como prática política que pressupõe o sujeito como identidade fixa, para algo que deixe em aberto a questão da identidade, algo que não organize a pluralidade, mas a mantenha aberta sob permanente vigilância.

No pós-feminismo, a ruptura da junção ontológica sexo-gênero pressupõe a exclusão de especificidades de gêneros ou toda espécie de representações engessadas em torno de uma totalidade hierárquica e categorial (SACRAMENTO, 2012). Para Butler (2008, p.33):

Será possível identificar a economia masculinista monolítica e também monológica que atravessa toda a coleção de contextos culturais e históricos em que ocorre a diferença sexual? Será o fracasso em reconhecer as operações culturais específicas da própria opressão do gênero uma espécie de imperialismo epistemológico, imperialismo esse que não se atenua pela elaboração pura e simples das diferenças culturais como “exemplos” do mesmíssimo falocentrismo?

Ao contestar a falsa unidade sexo/gênero, Butler formula a noção de performatividade como requisito para compreender a produção da identidade (SACRAMENTO, 2012). No capítulo, “Inscrições corporais, subversões performativas”, incluído na obra *Problemas de Gênero*, Butler, influenciada pelos estudos de Mary Douglas e de Julia Kristeva, defende que o limite e a superfície dos corpos são politicamente construídos. Fundamentadas na teoria performativa, as categorias corpo, sexo, gênero e sexualidade são ressemantizadas subversivamente para além de uma estrutura binária e para além de um imperialismo epistemológico e social.

À luz dos estudos do pós-feminismo, pretende-se revelar, no romance *Niketche*, de Paulina Chiziane, uma mulher negra que, inicialmente “escrava”, presa às tradições culturais de Moçambique e explorada legitimamente sob o corolário de um homem-senhor, *a posteriori* evade da invisibilidade e opta por se transformar em sujeito de mudança. Ao incorporar a performatividade de gênero, torna-se de fato a mulher que sempre quis ser, subvertendo sua identidade de gênero.

Colonialidade do Gênero

Sob a égide do patriarcado, observa-se na obra *Niketche: uma história de poligamia*, de Paulina Chiziane, a construção de personagens femininas negras presas às amarras simbólicas do autoritarismo e da dominação masculina. Personagens que tentam a todo custo se libertar dos essencialismos preconizados por uma sociedade patriarcal. O retrato moçambicano ilustra um país descolonizado em 1975, mas que possui fortes matizes do colonialismo em sua estrutura social, marcada pela opressão de gênero.

A expressão colonialidade acompanha o lastro histórico na modernidade haja vista o recente surgimento da teoria pós-colonial. Colonialidade do poder trata-se de termo cunhado por Anibal Quijano (1991) para se referir ao processo de dominação e exploração resultante de um sistema de poder mundial capitalista. A análise de Quijano, radicada na questão do funcionamento do sistema capitalista e da modernidade, ofereceu subsídios para o redirecionamento dos estudos de gênero, possibilitando a expressão "colonialidade de gênero", que, em outras palavras, significa o estudo sobre a “opressão de gênero”:

Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como constructos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. Como não há mulheres colonizadas enquanto ser, sugiro que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da "diferença colonial" (LUGONES, 2014, p. 936, p. 941).

O assunto, ao contrário do que muitos afirmam, não caducou. Na verdade, é uma questão que não foi totalmente superada. A opressão de gênero impulsiona grande parte da população mundial a resistir ou negociar com o pensamento colonizador, engendrador e castrador de uma rede complexa de sistemas econômicos. Em um jogo onde se definem os novos agentes opressores, atualizam-se os oprimidos. Na relação de gênero, alguns são eclipsados por um sujeito, que encarna o papel de colonizador em detrimento de outrem, da identidade de gênero. A normatividade capitalista gerencia a colonialidade do poder e, por conseguinte, a colonialidade de gênero, controlando subjetividades e estabelecendo a organização social pretendida.

Lugones (2014, p.440) argumenta que “a subjetividade [...] expressa-se infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade oposicionista”. O gênero colonizado trava uma luta para se descolonizar em todos os níveis - pessoal, político, discursivo - demandando uma política de resistência rumo à liberdade.

Descolonizar implica deslocar-se didaticamente de um feminismo de cor para um feminismo descolonial, forjado na práxis, contemplando a diferença colonial e construindo significados importantes para a legitimação das comunidades oprimidas, refutando os pressupostos colonizadores das estruturas de poder. A mulher negra do pós-feminismo encara com seriedade este projeto e marca a sua travessia pelo feminismo descolonial hasteando a bandeira da crítica a toda e qualquer opressão de gênero racializada, colonial e capitalista.

Como tal, a descolonização do gênero localiza de quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir = resistir na interseção de sistemas complexos de opressão[...]Além disso o feminismo não fornece apenas uma narrativa de opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela (LUGONES, 2014, p. 940).

Em *Niketche*, se observam rasgos de um feminismo descolonial a partir da construção discursiva e da performance da personagem Rami, que desobedece à figura de mulher colonizada e investe no discurso (des)colonizado, subvertendo a identidade de gênero.

A dominação masculina

Pierre Bourdieu, na obra *A Dominação Masculina* (2002), trabalha com as noções de sistema jurídico, social e político organizado segundo a lógica do macho, expondo o princípio da visão dominante, incorporada ao *habitus* pelas mulheres e convertido em paradigma pelas estruturas sociais, que conferem ao homem o poder para exercer a dominação.

Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2002, p. 04).

O autor afirma que o corpo feminino é o *locus* privilegiado da dominação masculina, porque direcionado para o outro corpo, enquanto bem e posse do masculino, capital simbólico, mercadoria para troca, com o fito de ser utilizado pelo homem, para os mais diversos fins.

Tudo na gênese do *habitus* feminino e nas condições sociais de sua realização, concorre para fazer da experiência feminina do corpo o limite da experiência universal do corpo-para-o-outro, incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros (BOURDIEU, 2002, p.39).

A dominação, a grosso modo, constrói seu edifício sobre a estrutura da violência simbólica, uma tipologia assaz abrandada na execução dos meios, em contrapartida “insensível, invisível a suas próprias vítimas” (BOURDIEU, 2002, p.04). É mister compreender a lógica da dominação, obediente a prerrogativas de ordem simbólica, a saber, a cor da pele, categoria arbitrária mas reconhecida como natural.

Acerca disto, Virgínia Woolf (*apud* Bourdieu, 2002, p. 04) discorre sobre “o poder hipnótico da dominação”, abordagem etnográfica que explora a sociedade como

um habitat político, delimitado privativamente, dadas às características de gênero e a dominação, que segundo a teórica, exerce um fascínio para os dominantes. Uma das formas do controle masculino diz respeito à experiência do corpo da mulher. Na narrativa em apreço, o ciclo menstrual feminino é visto simbolicamente, como resultado punitivo à insubmissão da mulher ao homem: “É por isso que as mulheres do mundo inteiro, uma vez por mês, apodrecem o corpo em chagas e ficam impuras, choram lágrimas de sangue, castigadas pela insubmissão de Vuyazi” (CHIZIANE, 2004 p.157). Sobre o corpo da negra moçambicana, o homem exerce irrestrito domínio, apossando-se do *outro* arbitrariamente. Rami é esse *outro*, outrizado pelo olhar e desejo masculino em toda a superfície do seu corpo e alma.

Mulher negra: sujeito de mudança

Foucault (1988) compreende a sexualidade como um "dispositivo histórico". Por esse viés, é possível concluir que a sexualidade feminina constitui uma normatividade histórica, e de modo especial, em se tratando da sexualidade da mulher negra, os discursos que a regulam foram inventados para legitimar a opressão sexual de que são vítimas, quer seja no campo familiar, quer seja político.

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1993, p.244).

O sujeito feminino, na perspectiva butleriana (2008), sofre assaz com a representatividade política, visto que os sistemas jurídicos e sociais encabeçados por homens são os mesmos que, supostamente, intercambiarão o ingresso das mulheres nos espaços de poder, garantindo a emancipação feminina e, ao mesmo tempo, o assujeitamento prévio. Isso acontece porque “os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que depois chegam a representar. As noções jurídicas de poder parecem regulamentar a vida política só em termos negativos e dizer mediante limitação, proibição e controle” (BUTLER, 2008, p. 26).

Com efeito, a concepção de “sujeito” está inexoravelmente atrelada à produção de mulheres excluídas por via política e jurídica. Certamente, as mulheres, a saber, o

sujeito do feminismo, deve compreender, criticamente, que a representatividade política e, assim como na linguagem, pressupõe um certo tipo de repressão.

A negra moçambicana, a exemplo de Rami, é uma das vítimas desse controle e proibição desmedidos regulados pelo sistema político e social, que transforma as mulheres em objetos. Nesse sentido, Rami se sente excluída e reprimida pelas mesmas instituições jurídicas que afirmam representá-la, todavia empreende uma luta contra os dispositivos sociais opressores da economia feminina. Ao perceber a força das amarras simbólicas do autoritarismo e patriarcalismo vigentes, opta por reinventar uma identidade de gênero de mulher negra divorciada dos papéis e figuras masculinas.

Rami convoca todas as amantes e outrora rivais, agora unidas pela simbologia da dor para conspirarem contra Tony - o marido - no dia do seu aniversário, exigindo-lhe que assuma oficialmente a poligamia, ao que depois de muito pressionado, consente:

Meninas! Convençam-se de uma vez. Esse passo dado não volta atrás. Destruímos o manto da invisibilidade, celebremos. Obrigamos o Tony a reconhecer publicamente o que fazia secretamente. Meninas, estão cheias de medo? Para quê esses receios? (CHIZIANE, 2004, p.110).

No curso da obra, Rami e as amantes desafiam o poder masculino quando percebem que,

Somos cinco contra um. Cinco fraquezas juntas se tornam força em demasia. Mulheres desamadas são mais mortíferas que as cobras pretas. [...] Era preciso mostrar ao Tony o que valem cinco mulheres juntas. Entramos no quarto e arrastamos o Tony, que resistia como um bode. Despimo-nos, em striptease. Ele olha para nós. Os seus joelhos ganham um tremor ligeiro (id. *ibid.*, p. 143).

Ao invés de salvar o seu marido Tony, abandonado por todas as suas amantes, despreza-o e segue sozinha carregando o filho de outro homem no seu ventre: “Meu Deus, eu sou poderosa, eu sinto que posso salvá-lo desta queda. Tenho nas mãos a fórmula mágica. Dizer sim e resgatá-lo. Dizer não e perdê-lo. Mas eu o perdi muito antes de o encontrar” (CHIZIANE, 2004, p. 333).

Escravo no corpo, na fala e na escrita, o feminino negro transcende na narrativa de Chiziane (2004) a tríade autora, esposa e amante negra, e por sua vez se torna o próprio *locus feminino* da subversão no domínio da sua identidade de gênero. Rami dança, como elucida o título da obra, a dança Niketche, dança do amor, na redenção do feminino negro. Nas palavras da personagem, neste ato, metamorfoseia-se em cisne negro, em alusão ao balé *Lago dos cisnes* do russo Tchaikovsky, em que uma princesa é transformada em cisne pela maldição de um malvado feiticeiro.

Identidade de gênero: o subalterno em subversão

Rami não é rainha, é, antes de tudo, escrava, com contrato de compra e venda, negociada com documento de escravidão, casada “de papel passado”, lobolada, isto é, vendida por um dote. A Rami, cabe servir ao homem satisfatoriamente na cama e na cozinha, saciando todos os seus apetites. Acerca da sujeição relatada no capítulo 15: “Devem servir o vosso marido de joelhos, como a lei manda. Nunca servi-lo na panela, mas sempre em pratos. Ele não pode tocar na loiça nem entrar na cozinha” (CHIZIANE, 2004, p.126). A submissão ganha a dimensão do inumano, quando Rami chega ao ponto de oferecer de joelhos ao marido Tony a coxa, o peito e a moela de uma galinha, restando-lhe somente os ossos para alimentar-se.

Michelle Perrot (1991) discute que a ausência de poder levou as mulheres, no seio da dominação, à conquista de poderes e a se assumirem como sujeitos de suas histórias, isto é, da história das mulheres. É o que ocorre com a personagem Rami e com as outras mulheres negras da obra, que, ao viverem uma história de dominação, burlam a dependência simbólica, libertando-se do ideal do dominante. É o caso de Ju, uma das amantes de Tony: “Há vingança e festa na alma de Ju. Conseguiu seu espaço e agora come os melhores nacos de bife, come moelas de galinha e cabeças de peixe à vontade e sossegada na sombra da bananeira” (CHIZIANE, 2004, p. 327).

Assim, a vida de Rami se entrecruza com a de tantas outras de seu gênero e etnia:

A discussão acerca das relações de gênero, sem uma perspectiva da etnia e da classe social a que pertence a mulher, coloca o debate em descompasso com os acontecimentos. Se falarmos em termos de discursos emancipatórios, ainda no século XVIII, os homens foram chamados a responder ao patriarcalismo, esteado no branco europeu. Enquanto as mulheres brancas foram privadas da noção de igualdade e liberdade, ação contrária, portanto, ao princípio da universalização da igualdade e da unidade do gênero humano. Somado a isso, o discurso da ciência se encarregou de plasmar uma série de pré-conceitos misóginos, contrários à mulher e também aos representantes de outras etnias que não a branca (SACRAMENTO, 2009, p. 217-218).

Chiziane (2004) empresta a voz, a vez e a pena à Rami, personagem negra, que, singrando pela literatura, desnuda as narrativas femininas objetadas em prol do patriarcalismo na sociedade africana. Historicamente, representada na literatura e na vida social por homens negros, a voz subalterna feminina entra em cena e assume o seu lugar de fala. Acerca da abordagem da subalternidade feminina no contexto discursivo,

a filósofa indiana Gayatri Chakravorty Spivak, em *Pode o subalterno falar?*, coloca em evidência a tripla subalternidade enfrentada pela mulher no contexto colonial, ao afirmar:

Se o discurso do subalterno é obliterado, a mulher subalterna encontra-se em uma posição ainda mais periférica pelos problemas subjacentes às questões de gênero [...] pois segundo ela: se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p. 82).

A obra *Niketche: uma história de poligamia*, então, apresenta a perspectiva social do feminino em sua experiência de marginalidade, sem disfarces, sem censuras. A voz feminina entoava o seu cântico plural, sofrível, sua consciência insubordinada à vontade do observador e constrói um eu sem submissões, sem algemas, destituído da voz do outro. A mulher negra é quem agora fala por si mesma:

Ganho coragem e tento tocar na ferida. Sinto uma pedra obstruindo os sons da minha garganta [...] Faço um esforço e digo:
- Bem, nós...
Gaguejo. Meu Deus sinto que vou perder a fala [...]. Apece-me um cadeado maconde para trancar a boca por uma temporada. As mulheres macondes preparam a boca para forçar o silêncio [...]. Ai mas como me apece sentir o silêncio da minha fala. Esforço-me sou a primeira esposa, sou a principal, tenho que exercer o meu direito à palavra e dar o exemplo (CHIZIANE, 2004, p 319).

Louro apresenta, em seu artigo "Pedagogias da Sexualidade" (2000), um questionamento acerca da sexualidade do sujeito como algo predefinido, evidenciando que não é concebida naturalmente, mas construída no corpo social moldado por redes e relações de poder. Convém lembrar que, na atualidade, existem infindáveis possibilidades de transgredir, dentre as quais destacam-se as tecnologias reprodutivas, a adaptação do corpo-máquina, que arruinam a tradição e brincam com as fronteiras do tempo e espaço e por que não falar das fronteiras do ser e da realidade identitária? Subvertendo as diversas formas de nascer, andar, amar enfim de ser.

Amaral e Macedo (2005, p. 153) esclarecem que “o pós-feminismo encontra-se próximo do discurso do pós-modernismo, na medida em que tanto o pós-modernismo como o pós-feminismo têm por objetivo desconstruir, desestabilizar o gênero enquanto categoria fixa e imutável”. A desconstrução e o deslocamento da identidade de gênero da mulher negra na obra de Chiziane encontram forte reverberação no conjunto de caracteres indefiníveis que compõe a identidade de gênero de Rami.

Segundo Kristeva, o semiótico, ou a linguagem poética, promove o resgate, o rompimento, a subversão e o deslocamento da lei paterna, cuja questão encontra ressonância no dado Simbólico, assumindo sua caracterização, para participar da cultura, já que a cultura se nutre do Simbólico para reafirmar a hegemonia a qual se subordina, isto é, à “Lei do pai” (BUTLER, 2008, p. 122).

Rami empodera-se, através da voz enunciativa rouca e grave, insurgindo-se contra sua existência comprimida, fragmentada, espoliada, engendrada pelo patriarcalismo. Sob a forma da dominação masculina, subverte a sua identidade de gênero através da emancipação do discurso, tomado como “*locus* de subversão cultural”,² corporifica a própria desconstrução, desestabilização da identidade de mulher negra socialmente engessada.

Consequentemente, a recusa plena do Simbólico é impossível, e o discurso de “emancipação” está, para Kristeva, fora de questão. Na melhor das hipóteses, as subversões e deslocamentos táticos da lei paterna questionam sua pressuposição autojustificadora. Porém, mais uma vez, Kristeva não questiona seriamente a suposição estruturalista de que a lei proibitiva paterna seja fundadora da cultura. Consequentemente, a subversão de uma cultura paternalmente sancionada não pode vir de uma outra versão da cultura, mas somente do interior recalcado da própria cultura, da heterogeneidade de pulsões que constitui a base oculta da cultura (BUTLER, 2008, p. 130).

Subversão que vem à tona quando Rami incentiva as amantes de Tony a abrirem os seus próprios negócios, ao invés de pedirem esmolas ao polígamo: “Conseguimos ter um mínimo de segurança para comprar o pão, o sal e o sabão sem suportar a humilhação de estender a mão e pedir esmola” (CHIZIANE, 2004, p. 122). A prosperidade das amantes e de Rami desagrada profundamente a Tony, porquanto as mulheres estão mais independentes e fora do seu controle.

Convém dizer que Rami parecia estar encapsulada sob a sua pele, preexistindo a versão cultural de uma mulher negra destoadada da identidade de gênero preterida por ela, o que se constata nas suas palavras “quero ser tudo: vento, peixe, gota de água, nuvem branca, qualquer outra coisa, menos mulher” (NIKECTHE, 2004, p. 305).

A hipótese de que sobre ela pesa um corpo que não é o seu, um perfil feminino introjetado, suscita múltiplas reações, dentre as quais destaca-se o fato de Rami transformar-se no sujeito feminino negro quando as concepções acerca de si mesma foram minadas. A identidade de gênero veio a ser, tomou forma em Rami, apesar das

² Expressão utilizada por Butler para se referir à linguagem poética associada a economia libidinal por Kristeva como este *locus* de subversão cultural. (BUTLER, 2008, p. 129).

consequências coercitivas e reguladoras sociais para a construção da sua identidade, a personagem suspendeu os limites, que sobre ela pesavam.

Considerações finais

O pós-feminismo, a partir de Butler, evidenciou que as metanarrativas relacionadas ao par sexo/gênero estavam atravessadas por relações de poder. A terceira onda revela domínios de exclusão, no tocante à compreensão das categorias sexo e gênero, as quais não estão passíveis de adjetivações ou identificações binárias, mas que podem e devem ser entendidas para além de suas atuações performáticas, extrapolando a lógica dos opostos (COLLIN, 1999). Nessa ótica, e através da obra *Niketche*, o artigo refletiu sobre os possíveis caminhos para a saída da mulher negra moçambicana da subalternidade, via subversão da identidade de gênero, já que a sua identidade de gênero foi sendo desconstruída à medida em que negociava novas possibilidades culturais para materializar a diferença sexual.

O sujeito, que emerge em Rami, é resultado de pulsões naturais que tentam desmontar a Lei do patriarcado. Significativamente, na interpretação de Butler (2001, p. 111), “a fixidez do corpo seus contornos, seus movimentos, será plenamente material”, portanto, o corpo de Rami pertence ao âmbito da norma cultural imposta pelo arbitrário masculino, que se dissolve na subversão da sua linguagem, libertando-se do seu passado natural e pré-fabricado de opressão.

O que está em jogo nessa proposta teórica é a capacidade de afinar a temática abordada aos recentes estudos pós-coloniais feministas, os quais objetivaram discutir a colonialidade de gênero, no contexto moçambicano, na tentativa de descolonizar este feminino, subalternizado há séculos pelos portugueses e a “posteriori” pelo patriarcalismo e que, apesar disso, resiste com um turbilhão de sentimentos e perguntas ainda sem respostas.

Todavia, mesmo que as mulheres negras moçambicanas de *Niketche* não representem um projeto de absoluta emancipação do feminino negro, trazem em si indícios de um sujeito feminino que vai se subvertendo em face do imperativo falocêntrico em sua identidade de gênero. O sentimento que expressam é de “rebeldia e insubmissão. De maturidade” (CHIZIANE, 2004, p. 312), e conquanto não alcancem a total visibilidade, são “mulheres” em constante subversão.

Referências

- AMARAL, Ana Luisa; MACEDO, Ana Gabriel (Org.). **Feminismo/feminismo**. In: **Dicionário da crítica feminista**. Porto: Afrontamento, 2005. (Coleções Dicionário).
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Millet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kruner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.
- CHIZIANE, Paulina. **Niketche: uma história de poligamia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- COLLIN, Françoise. **Le différend des sexes**. Paris: Pleins Feux, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**, V.1: A vontade de saber. Graal ed. Rio de Janeiro: 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da Sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. (Org.) Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, p. 935-952, set/dez, 2014.
- PERROT, Michelle. (Org.). **História das mulheres: o século XIX**. Lisboa: Afrontamento, 1991.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad, modernidad/racialidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-29, 1991.
- RODRIGUES, Carla. Resenha: Butler e a desconstrução do gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 179-199, p. 179 – 183, janeiro-abril/2005.
- SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do. Mulher e literatura: do cânone ao não cânone. **Revista da ANPOLL (Impresso)**, v. 33, p. 252-266, 2012.

SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do. A Mulher negra e a cidadania negada em Jubiabá de Jorge Amado. **Revista Terceira Margem**, Ano XIII, n. 20, p. 215-229, jan.-jul. 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução Sandra Regina Goulart de Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.